

Um estudo sobre o impacto da orientação empresarial na taxa de sobrevivência das microempresas da cidade de Campinas-SP*

A study on the impact of business orientation on the survival rate of microcompanies in the city of Campinas-SP

Jair Sbaraini

UNIFACCAMP

jasbarai@gmail.com

Reginaldo Oliveira

UNIFACCAMP

regiusp@uol.com.br

RESUMO

As Micro e pequenas empresas (MPEs) são de fundamental importância para o desenvolvimento econômico do país. Por esse motivo, diversos estudos têm sido desenvolvidos para compreender os fatores que levam à alta taxa de mortalidade destas empresas.

Este estudo objetivou demonstrar a relação entre a taxa de sobrevivência das MPEs e o programa de orientação empresarial denominado Negócio a Negócio do SEBRAE, na cidade de Campinas-SP.

Para tanto foi analisado comparativamente dois grupos de MPEs ao longo de 5 anos (entre 2014 e 2019), sendo o primeiro grupo composto por 493 empresas que recebeu orientação empresarial pelo SEBRAE através do Programa Negócio a Negócio, e o segundo, composto por todas as MPEs da mesma localização geográfica que não foram atendidas pelo Programa. Observou-se que o Programa de apoio em estudo retardou a mortalidade das empresas participantes de forma significativa, porém, dada sua natureza pontual, ao longo dos anos, a taxa de mortalidade das empresas participantes se igualou a de empresas não participantes.

Palavras-chave: micro e pequenas empresas, mortalidade empresarial, programa de apoio empresarial.

ABSTRACT

Micro and small enterprises (MSEs) are fundamental for the country's economic development. For this reason, several studies have been developed to understand the factors that lead to the high mortality rate of these companies.

This study aimed to demonstrate the relationship between the survival rate of MSEs and the business orientation program called Negócio a Negócio by SEBRAE, in the city of Campinas-SP.

For this purpose, two groups of MSEs were comparatively analyzed over 5 years (between 2014 and 2019), the first group consisting of 493 companies that received business guidance by SEBRAE through the Negócio a Negócio by SEBRAE, and the second, consisting of all MSE from the same geographic location that were not served by the Program.

*Recebido em 28 de outubro de 2021, aprovado em 28 de outubro de 2021, publicado em 03 de novembro de 2021.

It was observed that the Support Program under study significantly delayed the mortality of participating companies, however, given its punctual nature, over the years, the mortality rate of participating companies was equal to that of non-participating companies.

Keywords: micro and small enterprises, corporate mortality, business support program

1. INTRODUÇÃO

Não há dúvida de que as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) são de grande importância para o país, visto seu impacto no cenário econômico nacional. (SEBRAE, 2013)

As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) afetam positivamente a economia, pois criam oportunidades de trabalho, produtividade e inovação, gerando mais empregos do que as empresas com 100 ou mais funcionários (BARROS; PEREIRA, 2008). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as MPEs representam 99% do total de empresas no país e sozinhas são responsáveis por 27% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Também, segundo IBGE, são responsáveis por 54% do total de empregos formais existentes no país, ou seja, empregam mais trabalhadores com carteira assinada que as médias e grandes empresas.

Não por acaso, mereceram uma lei específica, a lei complementar nº 123/2006, que estabeleceu um novo estatuto para as microempresas e empresas de pequeno porte. Também conhecida como “Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte”, ou simplesmente “Lei Geral”, essa lei concedeu a esse nicho de empresas um tratamento diferenciado, o que tem contribuído para o crescimento dos negócios e, certamente, para o aumento de suas taxas de sobrevivência e competitividade (SEBRAE, 2018).

Devido a sua importância, muitos estudos buscam entender a dinâmica das MPEs, principalmente os fatores que levam ao encerramento de suas atividades, promovendo uma elevada taxa de mortalidade de MPEs. De acordo com o IBGE, cinco anos após serem criadas, pouco mais de 60% das empresas fecham as portas. Do total de 733,6 mil empresas que nasceram em 2010, apenas 277,2 mil (37,8% do total) sobreviveram até 2015 (BÔAS, 2017).

Para Da Silva Cardozo (2019), a mortalidade acentuada das empresas que permeiam este porte pode estar ligada a diversos fatores. Dentre eles, a baixa da empresa para a abertura de uma nova como microempreendedor individual nesses últimos anos, também devido à má gestão do negócio; grande concorrência; pouca experiência prévia; pouco capital; entre outros. Já Everett (1998) pontua que as duas principais causas do fracasso de pequenas empresas parecem ser a falta de habilidades de gestão adequadas e capital inadequado, tanto no início quanto em uma base contínua.

Diante da representatividade das MPEs, torna-se importante discutir a sustentabilidade do segmento, entendendo os principais motivos que levam à elevada taxa de mortalidade. Como citado acima, a gestão sempre aparece como um dos principais fatores das taxas de mortalidade, e por ser um conceito amplo nem sempre nos direciona a causas elucidativas. Em administração, a gestão busca atingir os objetivos da empresa de maneira eficaz, utilizando e valorizando o conhecimento e as habilidades de sua equipe. Desta maneira, o gestor deve ter a capacidade de manter o sinergismo do grupo, a estrutura e os recursos já existentes. A interação do gestor com todos os processos empresariais — seja planejando, executando, verificando e tomando ações corretivas — pode levar a empresa a evoluir ou simplesmente a sucumbir. (COSTA, 2019)

Para Kappel e Bugs (2015), os programas de orientação empresarial com foco em gestão podem influenciar positivamente o percentual de sobrevivência das microempresas, justificando a realização de estudos dessa natureza, que têm como finalidade indicar novas

oportunidades para a sobrevivência desses negócios. A realidade dos pequenos negócios, em função de suas práticas de gestão, pode corroborar com subsídios teóricos e práticos a novos empreendedores, potencializando atributos pessoais e organizacionais que permitirão maiores taxas de sobrevivência às microempresas.

Isto posto, o objetivo principal deste trabalho é investigar se os programas de orientação empresarial focados em gestão impactaram positivamente na taxa de sobrevivência das Microempresas, comparando MPEs que participaram do Programa Negócio a Negócio do SEBRAE, na cidade de Campinas-SP, com MPEs da mesma.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No cenário atual, conforme apontam estudos do Sebrae (2014), a importância das MPEs é indiscutível, quer contribuindo diretamente para a economia nacional, quer subsidiando as médias e grandes empresas por meio do fornecimento de diversos serviços e bens essenciais à produção destas. É sabido também que muitas das MPEs possuem uma vida curta e perecem poucos anos após sua abertura. (KAPPEL; BUGS, 2015)

Para Leite Filho et al. (2005), diversos estudos demonstram que existem inúmeras causas para o fechamento, muitas das vezes prematuro, das MPEs. Dentre elas, as principais causas podem ser agrupadas e resumidas em falta de planejamento, seja ele prévio a sua abertura ou durante o desenvolvimento de suas atividades. Conforme Ortigara (2006), a probabilidade de sucesso ou fracasso de uma empresa não depende da possibilidade de instituí-la. De fato, por maiores que sejam as dificuldades na abertura de empresas, fica evidente que mantê-las em funcionamento representa dificuldade maior para os empresários.

2.1 A GESTÃO NAS MPEs

A gestão nas MPEs é, quando aplicada, de caráter informal e voltada para solução de problemas presentes, não sendo dedicado tempo e energia à elaboração do Planejamento Estratégico, imprescindível para o desenvolvimento e crescimento dessas organizações. Como as MPEs possuem recursos limitados, em especial recursos financeiros, é fundamental para a saúde da empresa a aplicação de ferramentas de gestão na administração. (DA CUNHA; SOARES, 2010)

Da Cunha e Soares (2010), comentam que a grande maioria das MPEs possui limitação de capital, o planejamento e gestão financeira são fundamentais à saúde da empresa, devendo ser realizados e idealizados antes mesmo da abertura da empresa.

Ainda que os benefícios do planejamento estratégico sejam notados pelos empresários de MPEs, a falta tanto de preparo dos responsáveis pela gestão dessas organizações, quanto de tempo para a preparação do plano de negócio, faz com que a maioria das MPEs não utilizem desta importante ferramenta, acarretando tomadas de decisões executadas de forma empírica e em preocupações de curto prazo. (OLIVEIRA, 2007)

As MPEs têm como uma de suas principais características o reduzido nível hierárquico, centralizando a tomada de decisão normalmente no proprietário ou sócios da empresa. Essa concentração de responsabilidades acaba exigindo uma supervisão direta em todas as atividades da empresa, consumindo grande parte do tempo do responsável pela gestão da organização e dificultando a aplicação de planos de médio e longo prazo. Além disso, as MPEs encontram também como obstáculo a falta de conhecimento de ferramentas de gestão por parte dos proprietários e ainda a dificuldade de acesso a informações. No entanto, o planejamento apenas não é o único responsável pelo sucesso da empresa, devendo esse ser acompanhado de outros fatores, como execução, acompanhamento, controle e correção. (LE BOTERF, 2011). Notadas

as dificuldades das MPEs, estas podem, ao menos, adotar um modelo de gestão simplificado para seu planejamento e gerenciamento adequados.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NAS MPEs

Para abertura do negócio, segundo Dornellas (2007), é imprescindível o planejamento, de forma a mantê-lo rentável. O planejamento em conceito amplo consiste na preparação, organização e estruturação para alcance de determinado objetivo; deve prever eventos, especialmente adversos, possibilitando atuação de forma preventiva ou medidas mitigadoras de seus efeitos. O planejamento estratégico é uma ferramenta gerencial que possibilita o direcionamento da empresa, contemplando a interação com o ambiente. Esse visa organizar os negócios de forma a mantê-lo saudável, mesmo que eventos inesperados aconteçam.

De acordo com Kivrak (2008), a falta de planejamento estratégico pode ser um dos principais determinantes de fracasso das empresas. O planejamento consiste na determinação pragmática dos objetivos e dos meios para alcançá-los, devendo ser construído por meio de metodologia técnica, servindo como subsídio para os processos decisórios da organização. O planejamento estratégico visa organizar os negócios de forma a mantê-los saudáveis mesmo que eventos inesperados aconteçam.

2.3 A TAXA DE SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS

O interesse sobre as causas da mortalidade e sobrevivência de MPEs no Brasil reforça a relevância dessas organizações para a economia. Desse modo, o estudo dos fatores determinantes de sobrevivência é de interesse não só de autoridades públicas, para criação de políticas públicas, mas também para instituições de financiamento que se utilizam dessas informações para liberação de empréstimo às empresas (VAN PRAAG, 2003).

No Brasil, a taxa de mortalidade das MPEs é calculada pelo SEBRAE, por meio de estudo utilizado também para avaliação dos principais fatores que contribuem com o encerramento dos pequenos negócios. O cálculo da taxa de mortalidade pode ser obtido pela fórmula abaixo, na qual deve ser levado em conta o mesmo período para obtenção dos dados.

$$\text{Taxa de Mortalidade} = (\text{total de empresas extintas} / \text{total de empresas constituídas}) \times 100$$

Em estudo publicado pelo SEBRAE em agosto de 2010, 27% das empresas abertas no período de 2007 a 2008 encerraram suas atividades no primeiro ano; 37% nos dois primeiros anos; 46% nos três primeiros anos; 50% nos quatro primeiros anos; e 58% nos cinco primeiros anos (SEBRAE-SP, 2010). Esse mesmo estudo revela que, em 2008, o custo social com a mortalidade de 84 mil empresas no estado de São Paulo foi de 348 mil ocupações, 1,4 bilhão em capital investido e 18,2 bilhões em faturamento (SEBRAE-SP, 2010).

Outro aspecto estudado na pesquisa é a taxa de mortalidade das empresas quando comparadas a dos clientes do SEBRAE-SP, em que o percentual cai de 27% para 18% no caso de empresas abertas no período de 2007 a 2008 e que encerraram suas atividades no primeiro ano; de 37% para 26% nos dois primeiros anos; 46% para 25% nos três primeiros anos; 50% para 29% nos quatro primeiros anos; e 58% para 37% nos cinco primeiros anos (SEBRAE-SP, 2010).

Segundo o SEBRAE-SP (2014), as principais causas de descontinuidade das MPEs são, nesta ordem: planejamento prévio, gestão empresarial e comportamento empreendedor. Esse mesmo estudo revela que, na opinião dos proprietários das empresas que fecharam no período de 2007 a 2011, o planejamento prévio é o fator mais importante para sobrevivência. Já os

proprietários das empresas que sobreviveram no mesmo período apontam o planejamento prévio combinado à gestão após abertura do negócio como os aspectos mais importantes.

A mortalidade das empresas pode ser determinada por fatores relacionados ao empreendedor, à empresa ou ao ambiente em que essas estão inseridas. Segundo Sebrae (2014), as variáveis dos fatores relacionados ao empreendedor são, dentre outras, nível de escolaridade, falta de planejamento e falta de experiência gerencial. A própria empresa pode ser a responsável por sua mortalidade quando o conjunto de recursos não é um diferencial competitivo e não produz o desempenho econômico, sendo as principais variáveis falta de capital de giro, ponto inadequado, dificuldade para obter e manter clientes.

Nascimento (2013) destaca que entre as características do ambiente estão: tributação elevada, falta de mão de obra qualificada e acesso a crédito. Sendo assim, desde que todas as determinantes de mortalidade não estejam no nível mais baixo, é possível fazer ajustes gerenciais que irão prolongar a vida da MPE.

Normalmente, o enfoque dos estudos é compreender os fatores de mortalidade em empresas mortas, contudo há evidências teóricas de que os mesmos fatores também se manifestam em empresas ativas e longevas (XAVIER; CARVALHO; REZENDE; LONGUINHOS, 2009).

2.4 A ORIENTAÇÃO EMPRESARIAL NAS MPES

As MPes, segundo Nogueira (2016), podem firmar parcerias com incubadoras de empresas ou aderirem ao programa de incentivo governamental por meio do Sistema “S”, que proporciona orientação à abertura de um novo negócio, bem como consultorias de baixo custo, subsidiadas.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma entidade sem fins lucrativos de capacitação e promoção do desenvolvimento para apoio aos pequenos negócios no Brasil. A entidade fornece consultoria para quem tem ou deseja abrir um negócio, cursos de capacitação aos empreendedores, bem como orientação para acesso à crédito em instituições financeiras. Além disso, é uma fonte de informações úteis para MPes, visto que realiza publicações de pesquisas, artigos, notícias e outros (SEBRAE, 2020).

2.4.1 Programa Negócio a Negócio SEBRAE

O NaN – Negócio a Negócio, de acordo com Sebrae (2021), surgiu como uma iniciativa/necessidade do Sebrae Nacional, em ter um produto que pudesse resgatar a aproximação do Sebrae com o empresário. Em alguns estados, o Sebrae participa com grupos de empresários e não tem a capilaridade necessária para individualizar cada atendimento. Em paralelo, algumas unidades federativas do Sebrae também começaram com uma iniciativa de apresentar uma solução mais completa e que pudesse atender o empresário não somente com um produto, mas com um conjunto de soluções, como por exemplo, o caderno de ferramentas de gestão, desenvolvido pelo Sebrae-RS e usado pelo Sebrae-MG e Sebrae-SP. Normalmente, em um trabalho de atendimento empresarial, existem fases claras em sua execução, são elas:

- A investigação ou levantamento de informações,
- A identificação ou constatação de causas,
- O estudo e a proposição de soluções alternativas viáveis e
- O acompanhamento da implantação das soluções sugeridas.

Segundo Kappel e Bugs (2015), o programa ocorre através da visita de um agente que vai até a empresa - a partir da solicitação do empresário - e aplica um questionário com 37 questões, com as respostas mais prováveis ao negócio. O relatório produzido identifica, através do gráfico de diagnóstico, como está a gestão/controles da empresa por parte do empresário em 09 itens, nas áreas de planejamento, mercado e finanças. Será proporcionado ao empresário a

ferramenta a ser utilizada, o que será feito, como será feito, quando será feito e a janela de atuação. O empresário receberá um plano de ação a ser trabalhado, nos 04 itens de maior necessidade. No estado de São Paulo, mais do que um produto o NaN foi utilizado (entre 2014 à 2016), como uma ferramenta de relacionamento permitindo o conhecimento e a identificação das principais necessidades do empresário e propor uma série de soluções ou caminhos, interagindo os diversos produtos e agenda das unidades de atendimento. Dentre os benefícios podem ser citados: plano de melhoria, com capacitação, consultoria em estratégia de negócio, mercado e melhoria da competitividade. O público-alvo é composto por empresários e gestores de MEIs ou MEs com nível básico ou intermediário de gestão. Entende-se por nível básico ou intermediário de gestão:

- Empresas em início do ciclo de vida (menos de 2 anos);
- Empresas que possuem pouca ou nenhuma gestão em planejamento, mercado ou finanças;
- Empresas com necessidade de se manter funcionando ou iniciando a melhora do desenvolvimento do negócio;

3. METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa utilizada será a pós-positivista, predominantemente quantitativa, reducionista de raciocínio dedutivo (CRESWELL, 2013).

Para uma empresa ser considerada MPes neste estudo, deverá atender requisitos legais da Lei Complementar nº 123, instituída em 14 de dezembro de 2006. Segundo o normativo, consideram-se microempresas a sociedade empresária, a sociedade simples e/ou a empresa individual de responsabilidade limitada que esteja devidamente registrada no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso. Para a lei, considera-se, no caso da microempresa, o negócio que em cada ano-calendário tenha receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (BRASIL, 2006).

Isto posto, o objetivo principal é analisar comparativamente dois grupos de MPes ao longo de 5 anos em (entre 2014 e 2019), em que o primeiro grupo será composto por 493 empresas que, em 2014, tiveram orientação empresarial pelo SEBRAE por meio do programa Negócio a Negócio, na cidade de Campinas-SP, com um segundo, composto por todas as MPes da mesma localização geográfica que não foram atendidas por esse programa. Optou-se em não utilizar os dados de 2020 devido a pandemia de Covid-19.

A lista de 493 MPes foi compartilhada pelo SEBRAE Campinas, e o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de pessoas Jurídicas (CNPJ) será consultado no acervo de dados da secretaria da Receita Federal para os dois grupos.

O Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral é um documento oficial do Governo federal, aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. A situação cadastral de CNPJ é o registro da empresa junto à Receita Federal. A partir da análise, é possível saber qual é o status do negócio, se há processos judiciais ou dívidas tributárias. Por meio dele é possível avaliar o tipo de situação cadastral que a empresa se encontra no momento da pesquisa, sendo os mais comuns abaixo nominados:

Ativo

O negócio está regularizado e não existem pendências.

Suspensão

O CNPJ apresenta algum problema, como a matriz ou a filial que tem domicílio no exterior e deixou de cumprir as obrigações; há inconsistência nos dados ou indícios de fraudes. É preciso investigar e ter atenção.

Inapto

As empresas que deixam de apresentar demonstrativos e declarações contábeis por dois anos consecutivos são enquadradas nessa classificação. Alguns exemplos desses documentos são: escrituração contábil digital, declaração de créditos e débitos tributários, declaração simplificada de pessoa jurídica etc.

O estabelecimento inapto também pode sofrer outras sanções, como ser impedido de participar de licitações ou de receber incentivos financeiros e fiscais e ser incluído no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

Baixado

A empresa que tem sua inscrição no CNPJ baixada é aquela que fez essa solicitação a conceder de ofício ou ao órgão competente. Pode ser feita a reativação se o funcionamento do negócio for constatado.

Nulo

As companhias ou suas filiais que têm características duvidosas são enquadradas como situação cadastral nula. Pode ser um caso de duplicidade de inscrição municipal ou estadual, desobrigação de ter esse número ou a constatação de ações ilícitas no ato de registro.

Com os dados acima é possível avaliar a taxa de mortalidade das MPEs envolvidas na análise e o ano que esta mortalidade ocorreu, bem como seu porte atual. Para fins de mortalidade, serão consideradas como extintas todas as empresas com status nula, suspensa ou baixada e como ativa o status ativa e inapta.

Os dados que estão nos acervos da Receita Federal são públicos, porém disponíveis para consultas individuais, o que torna o processo moroso e com transcrição dos dados de forma manual, aumentando a margem de erro, entretanto para superar este percalço, será utilizado um *script* de consulta em massa dos dados das 493 empresas do primeiro grupo.

Para o segundo grupo, será construído outro *script*, pois não possuímos os CNPJs para consulta das MPEs que não participaram do programa, e desta maneira a estratégia de coleta de dados é montar um *script* que baixará todos os CNPJs do acervo de dados da Receita Federal, e com ele selecionaremos os que se referem às MPEs localizadas pela chave Campinas-SP. O mesmo *software* retirará do segundo grupo os CNPJs nominados no primeiro grupo.

A base de dados da Receita Federal é atualizada trimestralmente, e a consulta foi gerada com dados atualizados até novembro de 2020, entretanto como o ano final da pesquisa será 2019, as movimentações de situação cadastral de 2020 serão desprezadas.

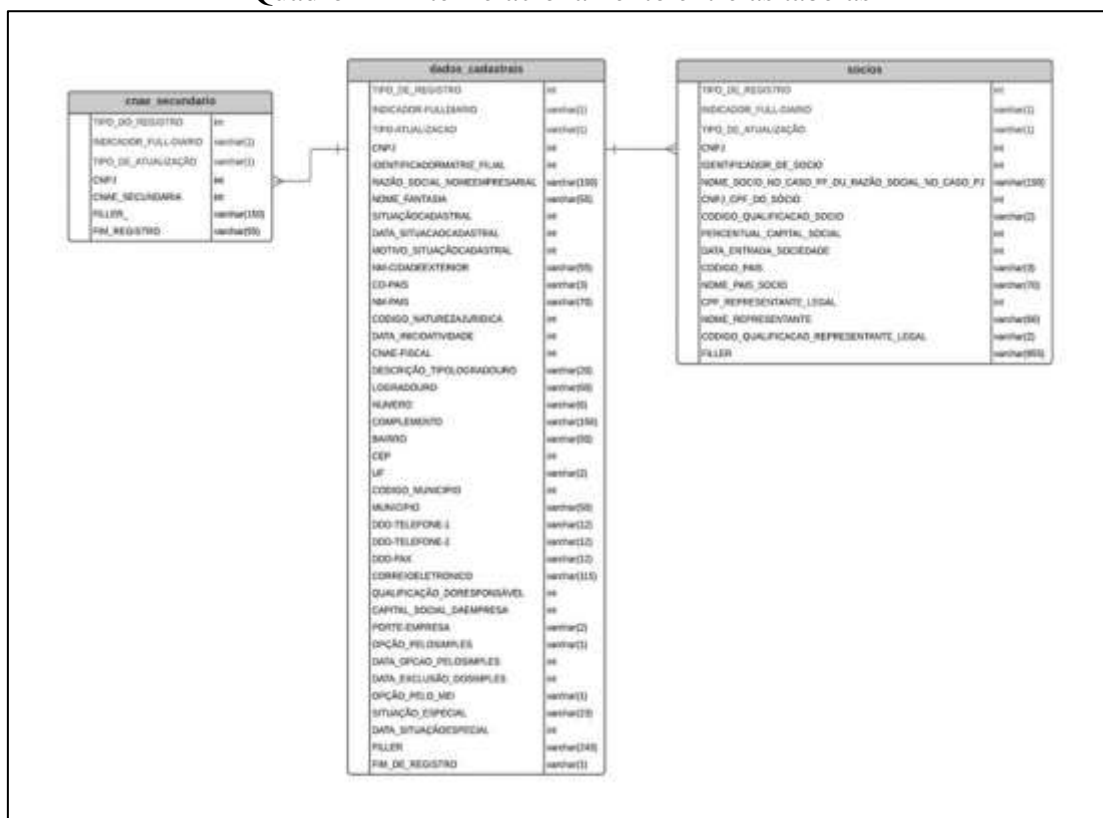
Esses *scripts* criarão um *robot* de consulta que acessará dados do repositório da Secretaria da Fazenda pelo sistema de informações do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que são de interesse coletivo ou geral. A Lei de Acesso à Informação (lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) garante à sociedade a obtenção das informações produzidas ou custodiadas pelo poder público e não classificadas como sigilosas (BRASIL, 2011).

Tal *script* será feito com o uso do *software* licenciado Analytics ACL Robotics versão 15.0.0.417, da empresa canadense Galvanize, projetado para profissionais de governança, gerenciamento de risco, conformidade e auditoria para ajudar a torná-lo mais eficiente, automatizando processos repetitivos e demorados.

Para a formação do banco de dados foram baixados da base da Receita Federal todas as empresas do Brasil possuidoras de CNPJ separadas em 19 arquivos. Após a consolidação dos arquivos os scripts foram rodados para que a extração fosse somente das empresas focos da pesquisa.

No Quadro 1 são apresentados os inter-relacionamentos entre as tabelas para geração do banco de dados. Os scripts que foram rodados serão apresentados no apêndice.

Quadro 1 – Inter relacionamento entre as tabelas

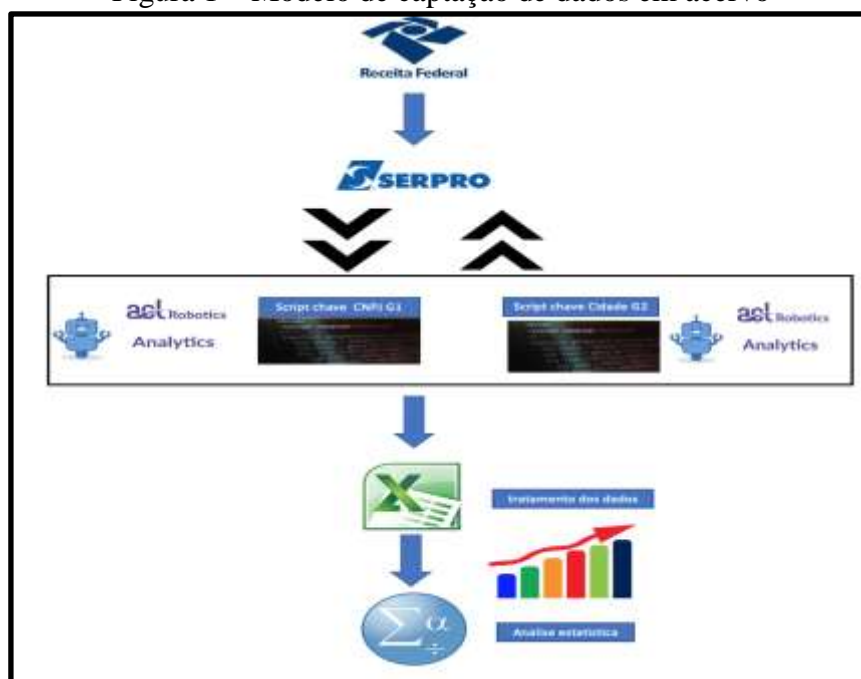


Fonte: Elaboração própria dos autores com base em (2020).

Após a criação de banco de dados único com os dois grupos devidamente identificados, será utilizado *software* de análise estatística para interpretação dos dados coletados.

No esquema abaixo, a Figura 1 demonstra o fluxo de captação dos dados e as ferramentas utilizadas.

Figura 1 – Modelo de captação de dados em acervo



Fonte: Elaboração própria dos autores com base em (2020).

4. RESULTADOS

Para a obtenção dos 493 CNPJs compartilhados pelo SEBRAE para fins acadêmicos, a pesquisa foi ampliada para empresas de pequeno porte (EPP) em um primeiro momento, visto que o foco do trabalho é investigar a mortalidade entre MEIs e MEs,

Das 493 empresas que participaram do programa 20,28% são MEIs, 75,46% são MEs e 4,26% são EPPs que mudaram de porte ao longo dos cinco anos da pesquisa. Para fins de continuidade da investigação, dentro dos critérios estabelecidos as EPPs serão desconsideradas nas análises posteriores, entretanto podem servir de base para estudos futuros, haja vista que houve crescimento do faturamento, número de empregados, dentre outros fatores que representam motivações para novas investigações. Outra oportunidade que corroboraria com o objetivo do estudo em investigar se os programas de orientação focados em gestão impactam positivamente é a identificação do histórico de relacionamento dessas empresas com o SEBRAE ou outras entidades de apoio ao empreendedor, visto que a continuidade das ações, através de programas, consultorias ou orientações podem influenciar na mudança de porte empresarial e na sustentabilidade do empreendimento.

Na Tabela 1, pode-se avaliar a taxa de mortalidade das empresas participantes ou não do programa. De acordo com a metodologia estabelecida, as empresas com status nula, suspensa e baixada não serão consideradas válidas para o estudo, visto que nesses casos a atividade empresarial foi interrompida, diferente de inapta ou inativa, que de acordo com a Receita Federal (2020), possuirão esse status pela omissão de dados, ou deixar de realizar atividades operacionais, não operacionais, financeiras e patrimonial. Pela adoção do princípio da prudência poderão estar em funcionamento e serão consideradas nessa pesquisa.

Tabela 1 – Situação cadastral das empresas

Situação Cadastral	Participantes		Não Participantes	
01 – Nula (MEI)	0	0,00%	50	0,04%
02 – Nula (ME)				
03 – Ativa MEI	100	21,19%	68.720	36,48%
04 – Ativa ME	232	49,15%	68.724	36,48%
05 – Suspensa (MEI)			24	0,001%
06 – Suspensa (ME)	0	0,00%	321	0,17%
07 – Baixada (MEI)			3	0,002%
08 – Baixada (ME)	140	29,66%	50.530	26,83%
TOTAL	472	100,00%	188.372	100,00%

Fonte: Elaboração própria dos autores com base em (2020).

Quadro 2 – Testes qui-quadrado

Testes qui-quadrado					
	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	1,645 ^a	1	,200		
Correção de continuidade ^b	1,514	1	,219		
Razão de verossimilhança	1,613	1	,204		
Teste Exato de Fisher				,212	,109
Associação Linear por Linear	1,645	1	,200		
Nº de Casos Válidos	188844				

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 127,64.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

Fonte: Elaboração própria dos autores com base em (2020).

A quantidade de MPEs em operação (ativas) nos dois grupos não apresenta diferenças significativas a partir do teste Qui-quadrado (com p-valor de 21,20%) a um nível de significância de 5%. Para as empresas que participaram do programa, a taxa de mortalidade foi de 29,66%, já no grupo das empresas que não participaram, a mortalidade foi de 27,03%. Os valores são muito próximos, entretanto vale destacar que a taxa de mortalidade nos dois primeiros anos das participantes é bem menor, justamente no período em que as empresas tiveram acesso as consultorias do Programa Negócio a Negócio. Comparando os dados com avaliação feita pelo IBGE entre os anos de 2012 a 2017, seis em cada dez empresas fecharam após cinco anos do início das atividades, levantamento realizado pelo instituto revela que apenas 40% das empresas abertas em 2012 continuaram em funcionamento em 2017. Tanto as empresas participantes do programa quanto as não participantes apresentaram desempenho melhor em comparação aos dados nacionais, porém é possível ressaltar que a mortalidade entre as microempresas é maior nos dois grupos, inclusive estudos realizados pelo Sebrae (2016), validam essa análise. Dentre os vários portes de empresas as MEs são as que possuem menor taxa de sobrevivência. Esses resultados mostram que as microempresas constituem o grupo que tem maior peso no fechamento dos pequenos negócios, seja pelo elevado número de empresas deste porte no grupo dos pequenos negócios, seja porque é o segmento com maior taxa de mortalidade.

Na Tabela 2, pode-se observar em qual ano, a partir da data de abertura, houve a mortalidade da empresa.

Tabela 2 – Empresas participantes do programa por ano de mortalidade

Mortalidade (2014-2019)	Participantes		Não Participantes	
1º ano	7	5,00%	15.160	29,77%
2º ano	5	3,57%	4.807	9,44%
3º ano	16	11,43%	3.541	6,95%
4º ano	7	5,00%	4.687	9,20%
5º ano	23	16,43%	4.263	8,37%
A partir do 5º ano	82	58,57%	18470	36,27%
TOTAL	140	100,00%	50.928	100,00%

Fonte: Elaboração própria dos autores com base em (2020).

Ao observar o ano de mortalidade, percebe-se uma diferença significativa entre os grupos. As empresas que participaram do programa tiveram uma sobrevida maior em relação as não participantes, principalmente no que diz respeito aos 2 primeiros anos.

Na Tabela 3, pode-se averiguar o tempo médio de vida das empresas até o encerramento de suas atividades.

Tabela 3 – Tempo médio de vida das empresas

Tempo médio de Vida (Anos)	Participantes	Não Participantes
TOTAL	7,907	5,685

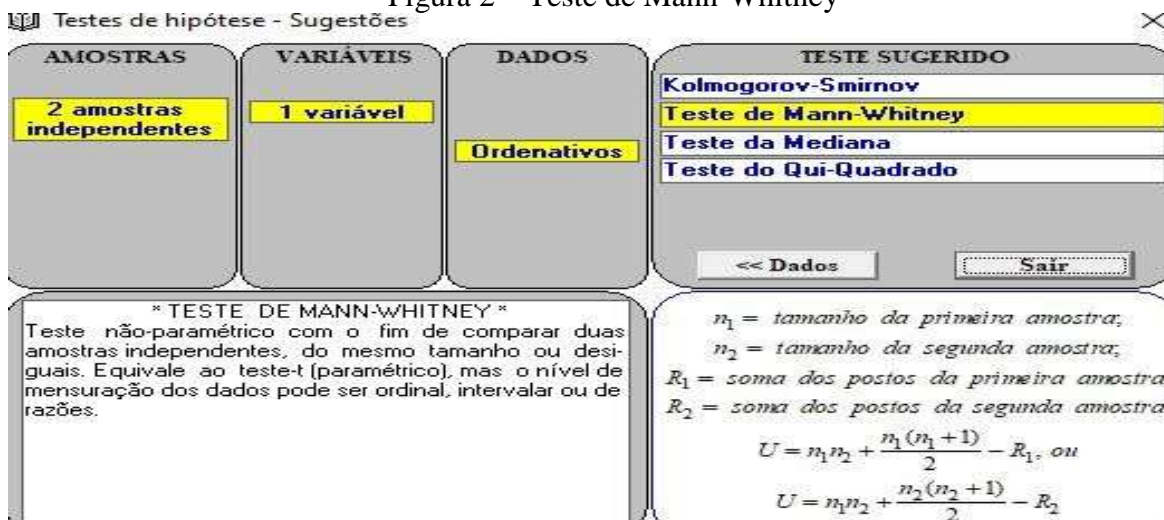
Fonte: Elaboração própria dos autores com base em (2020).

Utilizando estatística descritiva podemos comparar o tempo médio de vida das empresas. As empresas participantes apresentaram uma duração significativamente maior que as empresas que não participaram do programa.

Para validar estatisticamente a diferença de duração entre os grupos avaliou-se a curva de distribuição dos dados em ambos os grupos para auxiliar na definição do teste mais adequado.

As distribuições diferem significativamente da distribuição normal, pelo que as amostras são consideradas ordinais. Portanto, utilizou-se o teste de hipótese de Mann-Whitney conforme Figura 2.

Figura 2 – Teste de Mann-Whitney



Fonte: Elaboração própria dos autores com base em (2020).

Após a determinação do teste ideal obteve-se o resultado abaixo:

Figura 3 – Resultado este de Mann-Whitney

Mann-Whitney Test and CI: NãoParticip; Particip

	N	Median
NãoParticip	50928	4.000
Particip	140	6.000

Point estimate for $\eta_1 - \eta_2$ is -2.000
 95.0 Percent CI for $\eta_1 - \eta_2$ is (-3.000;-2.000)
 W = 1299219471.0
 Test of $\eta_1 = \eta_2$ vs $\eta_1 \neq \eta_2$ is significant at 0.0000
 The test is significant at 0.0000 (adjusted for ties)

Fonte: Elaboração própria dos autores com base em (2020).

Conclui-se estatisticamente que há diferença muito significativa entre a duração de vida das empresas participantes do programa em relação as não participantes a um nível de significância de 0.001 (Teste Mann-Whitney, p-value = 0.0000).

Na mesma ótica, na tabela 4 é possível avaliar o tempo médio de vida por porte da empresa.

Tabela 4 – Tempo médio de vida das empresas por porte

PORTE EMPRESA	PARTICIPANTES	NÃO PARTICIPANTES
MEI	-	3,741
ME	7,907	5,685

Fonte: Elaboração própria dos autores com base em (2020).

Quanto ao tempo médio de vida não houve mortalidade ente os MEIs participantes do programa, somente entre as MEs. Isso não significa que os Microempreendedores Individuais

estejam mais organizados, entretanto há outros fatores como previdência social, contabilidade simplificada, pagamento simbólico de impostos e políticas públicas favoráveis como previstas na Lei Complementar 128/2008 que originou a figura do MEI e que proporciona condições de maior longevidade.

Sobre o setor de atuação das empresas pesquisadas, tem-se a distribuição apresentada na Tabela 5. No grupo das empresas participantes do programa, a maioria é do comércio (75,85%). Entre as não participantes, destaque para serviço e comércio.

Tabela 5 – Setor atuação das empresas

Setor	Participantes		Não Participantes	
Indústria	18	3,81%	9.530	5,06%
Comércio	358	75,85%	79.109	42,00%
Serviços	96	20,34%	98.893	52,50%
Agropecuária	0	0,00%	230	0,12%
Sem classificação	0	0,00%	610	0,32%
TOTAL	472	100,00%	188.372	100,00%

Fonte: Elaboração própria dos autores com base em (2020).

Pontos de atenção sobre os resultados: a maioria das empresas participantes estão localizadas na periferia de Campinas e no período entre 2014 à 2017 o país sofreu uma grave crise econômica. A economia brasileira segundo Barbosa Filho (2017), no período ilustrado sofreu fortes reveses, dentre eles: queda do produto interno bruto (PIB), em torno de 9%, déficit primário de 2,7% em 2016, erros de políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento e consumo das famílias. O Brasil encerra o ano de 2016 com 12,3 milhões de desempregados (REVISTA EXAME, 2017). O cenário econômico descrito está em consonância com os números apresentados tanto entre as empresas participantes quanto as não participantes. Trata-se em sua maioria de pequenos comércios que foram diretamente afetados pela queda do consumo e desemprego, refletindo os números apresentados pela pesquisa que apontam as microempresas do segmento comercial com o maior número de negócios encerrados. O programa apontou alternativas e soluções para vários negócios que apresentavam fatores determinantes de mortalidade empresarial, assim como empresas que transitaram de MEI para EPP despertando o interesse para novas investigações e contribuições.

Na Tabela 6, é possível avaliar a taxa de mortalidade por setor de atuação. Destaque para o segmento comercial que vem sofrendo os efeitos da recessão econômica desde 2014. A taxa de mortalidade por setor revela o alinhamento da pesquisa com estudos publicados pelo SEBRAE sobre a causa da mortalidade das empresas e ao mesmo tempo denotam oportunidades para a implantação de políticas públicas que favoreçam o comércio e serviço que são os maiores empregadores e ao mesmo tempo os mais afetados pelas taxas de mortalidade.

Tabela 6 – Taxa de mortalidade de empresas por setor de atuação

Setor	Participantes		Não Participantes	
Indústria	2	1,43%	2682	5,27%
Comércio	114	81,43%	22.734	44,64%
Serviços	24	17,14%	25.422	49,92%
Agropecuária	0	0,00%	40	0,08%
Sem classificação	0	0,00%	50	0,10%
TOTAL	140	100,00%	50928	100,00%

Fonte: Elaboração própria dos autores com base em (2020).

Na Tabela 7, pode-se constatar a taxa de mortalidade por qualificação do responsável. Em se tratando de MPEs, em que normalmente o proprietário está à frente do negócio, os números levantados comprovam que 95,00% das empresas são conduzidas por sócios administradores ou empresários. Ao tratar desse tema que também envolve competências gerenciais torna-se oportuno dar visibilidade ao desempenho de administradores e empresários de micro e pequenos negócios, pois o encerramento das atividades poderá estar associado à gestão. Para que micro e pequenas empresas subsistam e permaneçam em atividade, há necessidade de planejamento e um maior controle das contas, estoques e patrimônio. (CHAVES; LAMES; LAMES, 2013). O desconhecimento das exigibilidades e aplicação dos recursos dentro da empresa – como apontado no diagnóstico realizado com as 493 empresas participantes- pode colaborar com a falta de eficiência e eficácia de gestores e empresários, a pesquisa aponta que entre as empresas participantes (70%) e as não participantes (80,42%) o empresário é o responsável pelo negócio junto à Receita Federal e representa o maior número de encerramentos nos dois cenários. A qualificação como empresário individual revela as seguintes características: sem sócio, único responsável pelo empreendimento, assumindo responsabilidade ilimitada pela empresa, caso não seja uma empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli).

Tabela 7 – Qualificação do responsável pelas empresas que encerraram suas atividades

Qualificação do Responsável	Participantes		Não Participantes	
05- Administrador	1	0,71%	42	0,08%
12- Inventariante	0	0,00%	17	0,03%
23- Sócio capitalista	0	0,00%	0	0,00%
24- Sócio comanditado	0	0,00%	0	0,00%
28- Sócio-gerente	0	0,00%	26	0,05%
49- Sócio administrador	35	25,00%	9.064	17,80%
50- Empresário	98	70,00%	40.956	80,42%
Outros	6	4,29%	823	1,62%
TOTAL	140	100,00%	50928	100,00%

Fonte: Elaboração própria dos autores com base em (2020).

5. ANÁLISES DOS RESULTADOS

É inegável a importância das micro e pequenas empresas para a economia do país e o quanto seus indicadores são representativos, todavia estudos sobre esse universo são cada vez mais importantes e fundamentais para os entes públicos e entidades relacionadas, visto que políticas públicas podem ser implantadas para o desenvolvimento e sustentabilidades das MPEs.

A orientação empresarial, cuja proposta é defendida nesse estudo, se por um lado contribui para sustentabilidade dos negócios, por outro a falta de continuidade dessas iniciativas poderá levar ao retrocesso. As ações junto às MPEs proporcionadas pelo Programa Negócio a Negócio, do SEBRAE, retardaram a mortalidade das empresas participantes frente ao segundo grupo, porém, por sua natureza pontual, não auxiliou ao longo dos anos, o que fez com que a taxa de mortalidade se igualasse as empresas não participantes no decorrer do período avaliado.

Diante disso, nota-se que a indústria possui uma taxa média de mortalidade menor se comparado a outros setores, lembrando que como a pesquisa foi realizada só com MPEs da cidade de Campinas, onde o agronegócio possui pouca representatividade, não foi possível gerar análises sobre esse setor.

6. CONCLUSÕES

As atividades de orientação empresarial impactam positivamente na taxa de sobrevivência dos negócios. Essa é uma constatação obtida a partir dos resultados apresentados nesse trabalho, mas até então apenas uma percepção a partir dos atendimentos diários com os empresários.

A taxa de mortalidade é muito próxima entre os dois grupos após o período de 05 anos, porém entre as empresas não participantes há, 36,50% de MEIs que historicamente desde sua criação em 2009 apresentam taxas de mortalidade muito pequena. A partir de estudos realizados pelo Sebrae (2016), a taxa de sobrevivência dos MEIs está em torno de 87%, enquanto das MEs 55% que corresponde há 75,46% do grupo de empresas participantes. O trabalho de orientação empresarial gerou reflexos positivos principalmente nos dois primeiros anos, porém a falta de continuidade do programa pode ter sido responsável pelas taxas de encerramento semelhantes entre os grupos no final do período.

A tabela 8 apresenta o número de formalizações desde 2009, ano de surgimento do MEI, até 2020. Período abrangido pela crise do novo coronavírus.

Tabela 8 – Formalizações Microempreendedor Individual

Ano	Quantidade
2009	44.100
2010	760.089
2011	1.636.211
2012	2.623.917
2013	3.601.253
2014	4.578.429
2015	5.589.624
2016	6.537.580
2017	6.875.193
2018	7.739.452
2019	9.430.438
2020	11.316.853

Fonte: elaborado pelos autores, a partir do Portal do Empreendedor, (2021).

A abertura dos MEIs pode ser realizada por oportunidade, inclusive há trabalhos sobre a mudança de porte de MEI para ME e EPP, entretanto as crises econômicas provocam aumento do desemprego e formalizações do MEI por necessidade, o que pode ser constatado pelo aumento de formalizações ano a ano, apresentado na tabela 8, mas serão necessários estudos futuros para maior aprofundamento desse tema. De 2014 à 2020 houve um crescimento de 247,18% de formalizações correspondendo a um período de grave crise econômica e recessão. O ano de 2020 apresentou fatores que corroboram com as conclusões apresentadas, todavia a crise provocada pela pandemia exigirá novos estudos sobre os reflexos causados ao ambiente dos micro e pequenos negócios.

7. REFERÊNCIAS

- BARBOSA FILHO, F. H.. A Crise Econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, v. 31, p. 51, 2017.
- BARROS, A. A.; PEREIRA, C. M. M. A. Empreendedorismo e Crescimento Econômico: Uma Análise Empírica. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 12, n. 4. 2008.
- BRASIL. Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF*, 15.12.2006.
- BRASIL. Lei Complementar nº 128/2008. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2008/leicp128.htm>>. Acesso em: 01 jan. 2021.
- BRASIL. Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências Brasília: Presidência da República, 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- CAMPOS, Ronaldo Ribeiro de. Características de Sistemas Integrados de Gestão Empresarial desenvolvidos sob o modelo de software livre: informações para suporte à fase de seleção e viabilidade de instalação em pequenas empresas. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- CHAVES, Reinaldo Tiago Costa; LAMES, Edilei Rodrigues de; LAMES, Liliane da Costa Jacobs. Uma Análise da Percepção dos Gestores Donos de Pequenas Empresas da Cidade de Hortolândia-SP quanto à Aplicação do Princípio de Entidade. Congresso Brasileiro de Custos ABC. In: *Anais...*, 2013
- COSTA, A.C. Impacto das competências gerenciais mobilizadas no desempenho financeiro de micro e pequenas empresas rurais. *Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas*, v.9, n.24, p.47- 68, 2019.
- CUNHA, Adriano Sérgio da ; SOARES, T. C. . Aspectos relevantes do planejamento no crescimento das micro e pequenas empresas (MPE's). *Revista da micro e pequena empresa (FACCAMP)*, v. 4, p. 15-39, 2010.
- DA CUNHA, A. S.; SOARES, T. C. Aspectos relevantes do planejamento no crescimento das micro e pequenas empresas (MPE). *Revista da Micro e Pequena Empresa*, v. 4, n. 3, p. 15, 2010.
- DA SILVA CARDOZO, J. W. A alta taxa de mortalidade das microempresas: fatores que impactam a sobrevivência dos pequenos negócios.
- DINIZ, C. F. et al. O fim das micro e pequenas empresas: como garantir a sobrevivência nos primeiros anos. 2006.
- DORNELAS, José Carlos A. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

- EVERETT, J.; WATSON, J. Small business failure and external risk factors. *Small Business Economics*, v. 11, n. 4, p. 371-390, 1998.
- HACKETT, S. M.; DILTS, D. M. A systematic review of business incubation research. *Journal of Technology Transfer*, Indianapolis, v. 29, n. 1, p. 55-82, 2004.
- HYYTINEN, A.; PAJARINEN, M.; ROUVINEN, P. Does innovativeness reduce startup survival rates? *Journal of Business Venturing*, v. 30, n. 4, p. 564-581, 2015.
- KAPPEL, A. M. ; BUGS, J. C. . Estudo de caso: Programa negócio a negócio SEBRAE, sob a ótica do agente de orientação empresarial (AOE), núcleo Faccat/Sebrae. *Revista de Administração de Empresas Eletrônica - RAEE*, v. 1, p. 154-180, 2015.
- KIVRAK, S. Factors causing construction company failure. 2008.
- LE BOTERF. *Apprendre a agir et a interagir en professionnel compétent et responsable*. Paris: Education Permanente, 2011.
- LEITE FILHO, G. A.; FIGUERO, A. F. G.; ANTONIALI, L. M. Determinação de fatores condicionantes da descontinuidade de empresas brasileiras sob o ponto de vista dos contadores. *Espacios (Caracas)*, v. 32, p. 1-15, 2011.
- NASCIMENTO, M. Fatores determinantes da mortalidade de micro e pequenas empresas da região metropolitana de Florianópolis sob a ótica do contador. 2011.
- NOGUEIRA, M. O. *Uma Análise Contextual das Políticas Públicas Voltadas Para as Empresas de Pequeno Porte No Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2016 (Texto para Discussão).
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Planejamento estratégico*. 23 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007.
- ORTIGARA, A. Â. et al. Causas que condicionam a mortalidade e/ou o sucesso das micro e pequenas empresas no Estado de Santa Catarina. 2006.
- PORTAL DA RECEITA FEDERAL 2021, Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2020/agosto/receita-federal-declarara-inaptidao-da-inscricao-no-cnpj-por-omissao-de-declaracao>. Acesso em: 03/02/2021.
- RECEITA FEDERAL – Governo do Brasil. Base de dados públicos CNPJ's. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/dados-publicos-cnpj>. Acesso em: 23/02/2021.
- SEBRAE. 2013. *Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2013*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/2013/anuarioSebrae2013.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- SEBRAE. 2014. *Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira*. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em 01 jan. 2021.
- SEBRAE. CAUSA MORTIS O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida, 2014. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/causa_mortis_2014.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.
- SEBRAE. *Perfil das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 2018*. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ro/artigos/perfil-das-microempresas-e->

empresas-de-pequeno-porte2018,a2fb479851b33610VgnVCM1000004c00210aRCRD.
Acesso em: 18 jan. 2021.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2020). Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20Sebrae,neg%C3%B3cios%20de%20todo%20o%20pa%C3%A
Ds. Acesso em: 28 dez. 2020.

SEBRAE-SP. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo. Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas. SEBRAE-SP, 2010.

SEBRAE-SP. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo. Causa Mortis. O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida. SEBRAE-SP, 2014.

VAN PRAAG, C. M. Business survival and success of young small business owners. *Small business economics*, v. 21, n. 1, p. 1-17, 2003.

XAVIER, M. B. et al. Causas gerenciais e ambientais da mortalidade de micro e pequenas empresas: um estudo com empresários de Vitória da Conquista, Bahia. *Caderno de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 5, n. 6, p. 61-78, 2009.